



REPÚBLICA DE ANGOLA  
ASSEMBLEIA NACIONAL



## DECLARAÇÃO POLÍTICA

(19 de Abril de 2018)

- ***Sua Excelência Presidente da Assembleia Nacional;***
- ***Membros da Mesa, Dignos Deputados;***
- ***Auxiliares do Titular do Poder Executivo;***
- ***Ao Público assistente,***
- ***Caros Jornalistas;***
- ***Angolanas e Angolanos.***

Temos na Ordem do Dia de hoje, a votação final Global da Proposta de Lei da Concorrência e a votação na generalidade da Proposta de Lei do Investimento Interno.

Com a Lei da Concorrência, passaremos a dispor de um instrumento legal que garantirá a actividade empresarial em rigorosa igualdade de circunstâncias, pondo termo às posições dominantes e aos protecionismos que caracterizam de facto a realidade do actual ambiente empresarial, no nosso país.

Hoje da banca, aos transportes, das telecomunicações, aos grandes importadores de bens, das grandes construtoras, aos principais prestadores de serviços, tudo pertence e presta contas a uma família política! A proposta de Lei prevê a criação da Autoridade Reguladora da Concorrência, que será superintendida pelo Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo.

Caros deputados, angolanas e angolanos,

Todos sabemos o quanto nos anos anteriores uma nova escola fundada na acumulação primitiva de capitais, incentivada oficialmente, levou ao quase desaparecimento da classe dos genuínos empresários, substituídos pelo governante/empresário, hoje dominante!

Será que a Autoridade Reguladora supervisionada pelo Sr Presidente da República vai actuar sobre os governantes empresários? O Executivo vai actuar sobre os interesses dos membros do executivo?

Foi depois da aprovação da Lei de Probidade Pública que assistimos ao desaparecimento das reservas estratégicas do Estado, à constituição de fortunas pagas directamente pela Sonangol, etc, etc...

E hoje, o que caracteriza a acção dos grandes actores institucionais? Embelezaram o discurso, abraçaram o combate à corrupção como bandeira, mas o cidadão vai-se cansando de discursos que não são acompanhados de reformas reais, que não acabam com a impunidade, e temem que tudo não passe de um marketing temporário. O cidadão teme que o poder judicial não tenha a independência necessária para o exercício pleno da justiça, para que esta não se limite a agir sobre os pobres e os pequeninos.

Lei da concorrência, sim mas num quadro de reformas reais. É incontornável que os principais actores institucionais procedam à Despartidarização do Estado; é fundamental que o Estado democrático e de Direito seja assumido, com coragem e na sua plenitude!

Não é bom vermos o Titular do Poder Executivo, poder também noutras vestes dirigir decisões partidárias onde os interesses conflituam com a probidade! Vamos construir um novo paradigma ou não? Estamos no exercício de uma transição que deve ter a coragem de abraçar uma verdadeira reforma que traga benefícios a todos os angolanos!

. Porquê, continua a recusar a Comissão Parlamentar de Inquérito à Dívida Pública?

Só com lideranças comprometidas com a transparência e a boa governação poderemos tirar Angola da crise e colocá-la no caminho do desenvolvimento.



Nós temos uma realidade plena de indicadores de proteccionismos e de decisões políticas, que desregulam totalmente o funcionamento do país. Dou exemplos:

. não somos uma Nação e nada estamos ainda a fazer para construirmos uma nação, mãe de todos. Temos uma bandeira nacional, idêntica à de um partido político, opção de uma geração de políticos que valorizaram menos o patriotismo. Quando as campanhas eleitorais começam, aquele que tem bandeira partidária idêntica à nacional, leva uma vantagem em relação a todos os outros! É um proteccionismo e uma deslealdade transformada em Lei!

. Estamos disponíveis para desproteger o monopólio das empresas do partido que governa? Os governadores, os Ministros, os administradores conhecedores das empresas do seu partido, vão fiscalizá-las? E estas empresas deixarão de receber privilégios do Estado e serão alvo da nova Entidade Reguladora? A AGT impõe multas aos interesses do Partido que governa? Vamos aprovar leis para as autarquias, sem manobras de benefícios partidários?

Vamos realizar eleições autárquicas em todos os municípios do país e deixar cair o gradualismo geográfico, contrário ao texto Constitucional, que vai aprofundar as assimetrias entre o campo e a cidade, entre o interior e o litoral, entre os pobres que ficarão nos municípios de 2ª e 3ª opções e se tornarão mais pobres e os de 1ª opção, onde o executivo pretende realizar eleições autárquicas!

Estamos em Abril, o mês em que comemoramos o dia da Paz! Decorridos 16 anos depois da assinatura dos Acordos, o governo angolano não consegue cumprir com os compromissos da Reconciliação Nacional. Nos anos em que efectuou os maiores desvios bilionários para os bolsos individuais, foi-nos referindo que não tinha dinheiro para cumprir as obrigações da Reconciliação Nacional! Hoje continuam sem prioridade! Nada mudou!

Até quando?

Muito obrigado,

***Adalberto Costa Júnior***  
***Presidente do Grupo Parlamentar***